



INFORMAÇÃO PESSOAL

Nome	DA FONSECA DELICADO, António Pedro
Morada	Rua Jorge Álvares, n.º 1, 5.º D, 1400-227 Lisboa, PORTUGAL
Telefone	Telemóvel (+351) 91 230 16 59
Correio electrónico	antoniodelicado@gmail.com
Nacionalidade	Portuguesa
Data de nascimento	04.05.1974

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Jurista na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários – desde Abril de 2014 – Jurista no Departamento Internacional e de Política Regulatória

Chefe do Gabinete do Ministro da Justiça (XX Governo Constitucional) – de 30 de outubro a 26 de novembro de 2015

Adjunto do Ministro da Administração Interna (XIX Governo Constitucional) – de Julho de 2011 a Abril de 2014

– Política legislativa e relações internacionais, incluindo a preparação das reuniões do Conselho de Ministros e das Reuniões de Secretários de Estado, onde se incluem instrumentos legislativos e políticos de todas as áreas governativas, bem como instrumentos internacionais, incluindo da área da cooperação policial e judiciária em matéria penal; acompanhamento do Conselho de Justiça e Assuntos Internos da União Europeia e de *fora* internacionais nas áreas policiais e de direitos humanos; coordenação de processos legislativos e elaboração dos principais atos legislativos e regulamentares em matéria policial e de segurança interna do Ministério; preparação de debates parlamentares do Governo; elaboração e negociação de instrumentos internacionais em matéria de cooperação policial e segurança interna em geral

Membro do Grupo de Gestão da Comissão para a Eficácia das Execuções – CPEE – eleito em Janeiro de 2011, tendo renunciado ao mandato em Julho de 2011 para exercício de novas funções

– Avaliação sucessiva da reforma da acção executiva, instrução de processos disciplinares e de fiscalização, elaboração de propostas e recomendações, pelouro da comunicação, coordenação de grupos de trabalho (ex. Presidência do GT sobre Agilização da Penhora de Saldos Bancários), bem como questões de relações internacionais

Coordenador da Autoridade Central Portuguesa em matéria de Rapto Internacional de Crianças e outras áreas da protecção de crianças (Direcção-Geral de Reinserção Social do Ministério da Justiça) – Julho de 2010 a Fevereiro de 2011

– Gestão dos procedimentos de recuperação e protecção de crianças; obtidos resultados concretos de devolução de crianças; relacionamento com *fora* internacionais da área, negociação de declarações internacionais referentes a interpretações de Convenções (nomeadamente a Convenção da Haia de 1980 sobre Rapto de Crianças) e formação dada a 3.ºs países a convite da Comissão Europeia (projecto *Euromed*)

Coordenador de Justiça Penal na Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) – de Julho de 2008 a Fevereiro de 2010 (permanecendo como Consultor até Julho de 2010)

– Coordenação da Unidade de Justiça Penal do Gabinete de Relações Internacionais – representação de Portugal e coordenação de negociações em sede de ONU, União Europeia, Conselho da Europa, OCDE, GAFI, bilaterais, multilaterais, incluindo em todos os casos a negociação e redacção de instrumentos normativos e outros, fazendo-o de forma directa, designadamente, nos seguintes casos:

(i) Negociação de resoluções na Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção e na da Convenção contra a Criminalidade Organizada Transnacional

(ii) Avaliação de Portugal no Conselho de Direitos Humanos da ONU

(iii) Avaliação de Portugal no GRECO – Grupo de Estados contra a Corrupção do Conselho da Europa

(iv) Negociação da Convenção do Conselho da Europa contra a Contrafacção de Medicamentos

(iv) Negociação do 3.º Protocolo da Convenção Europeia de Extradução do Conselho da Europa

(v) Negociação de acordos bilaterais em matéria de cooperação policial e judiciária em matéria penal

- (vi) Negociação de acordos, protocolos e memorandos, em especial com países de língua portuguesa, nas diferentes áreas da justiça
 - (vii) Negociação do Acordo de Extradicação Simplificada entre Portugal, Brasil, Argentina e Espanha
 - (viii) Avaliação de Portugal pela OCDE em matéria de corrupção no comércio internacional
 - (ix) Negociação de directivas e outros instrumentos na União Europeia
- Coordenação de política legislativa em matéria criminal (incluindo a elaboração de pareceres e de legislação, como a Lei do Cibercrime) – em acumulação desde o final de 2008

Coordenador de Justiça Penal do Ministério da Justiça no âmbito do Trio de Presidências Coordenadas da União Europeia – Janeiro de 2007 a Junho de 2008

- Durante a Presidência Portuguesa da União Europeia assumi a Presidência de dois grupos de trabalho do Conselho da União Europeia: Comité do Artigo Trinta e Seis do Tratado (CATS) e Grupo Multidisciplinar sobre Crime Organizado (GMD), grupos onde são negociados textos normativos e acordos com terceiros países
- Foram obtidos resultados concretos na minha área de coordenação, como os seguintes nos quais me empenhei directamente:
 - (i) Aprovação do dia europeu contra a pena de morte
 - (ii) Aprovação da nova directiva sobre armas de fogo, em processo de co-decisão, negociando directamente com os 27 Estados membros, Comissão e Parlamento Europeu (inclusive na Comissão)
 - (iii) Aprovação da decisão-quadro “Probation”
 - (iv) Aprovação da decisão-quadro sobre a protecção de dados no III pilar da União Europeia
 - (v) Avanços significativos na negociação da nova decisão Europol
 - (vi) Apresentação de propostas de textos, como o da nova decisão Eurojust
- Coordenação da União Europeia na 2ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção

Consultor Jurídico do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça (GPLP) – entre Maio de 2006/Janeiro de 2007, Julho de 2004/Setembro de 2005 e Julho de 2001/Novembro de 2002 (períodos interpolados dado o exercício de outras funções)

- Em qualquer dos períodos, elaboração de pareceres e de legislação, designadamente em casos de adequação do direito nacional ao direito internacional e europeu vigentes, como no caso da Convenção do Conselho da Europa contra o Cibercrime
- Elaboração de Projecto de Proposta de Lei de Execução de Penas e Medidas Privativas da Liberdade
- Formação de países de língua portuguesa em matéria de adaptação do seu direito ao texto da Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional
- Desenvolvimento de trabalhos de relações internacionais, designadamente no apoio a negociações de acordos e memorandos
- Elaboração de pareceres acerca da adequação do direito

ONU – Consultor Jurídico e Formador na Organização das Nações Unidas (Escritório da ONU em Timor-Leste) – entre Setembro de 2005 e Maio de 2006

- Aconselhamento político e jurídico, em especial no sector da Justiça mas também noutros, incluindo a elaboração de pareceres e de legislação
- Código Penal, Código de Processo Penal e Código de Processo Civil: procedeu-se a revisão Ministerial e a discussão e aprovação em sede de Conselho de Ministros
- Elaboração da Lei da Advocacia Privada e discussão e aprovação em sede de Conselho de Ministros
- Negociação de acordos bilaterais e memorandos em matérias de cooperação policial e judiciária em matéria penal, assim como no âmbito da medicina legal
- Formação de dirigentes e quadros timorenses

Adjunto da Ministra da Justiça (XV Governo Constitucional) – entre 2002 e 2004

- Preparação das agendas do Conselho de Ministros e do Conselho de Justiça e Assuntos Internos da União Europeia, bem como a coordenação de processos legislativos e a elaboração de pareceres e de legislação, como a “Lei do EURO-2004” e a Lei do Mandado de Detenção Europeu
- Relações internacionais e de cooperação, assegurando designadamente a actuação ministerial em matéria internacional, negociando textos, nomeadamente, com países Ibero-americanos e europeus

Assessor Jurídico da Ministra da Justiça (XV Governo Constitucional) – em 2002, incluindo a elaboração de pareceres e de legislação

Advogado-estagiário na sociedade Ferreira Pinto & Associados – entre 2000 e 2002

- Departamento de Direito Societário, colaboração no contencioso

– Defensoria oficiosa na área criminal

PERCURSO E ACTIVIDADE ACADÉMICA

Docente no Curso de Pós-Graduação em Ciência da Legislação e Legística – desde 2016

Assistente-Estagário da Faculdade de Direito de Lisboa – entre 2000 e 2007

- Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Penal II e Direito do Trabalho (tendo leccionado também, neste último caso, em curso de pós-graduação), colaborando igualmente na avaliação dos alunos noutras cadeiras

Assistente na Faculdade de Direito da Universidade de Timor Lorosa'e – em 2006

Frequência das **partes escolares de Mestrado**:

- a) Em **Ciência Política e Relações Internacionais**, no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa
- b) Em **Direito**, na Faculdade de Direito de Lisboa

Pós-Graduação em Legística e Ciência da Legislação pela Faculdade de Direito de Lisboa (2005)

Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa (2000)

ACTIVIDADES DE FORMAÇÃO, CONFERÊNCIAS E PALESTRAS

– Desde 2005, **formador do INA**, nomeadamente em **Legística, Ciência da Legislação e Elaboração de Atos Normativos** – tendo dado formação, nesta e noutras matérias, a quadros de Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Timor-Leste, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Macau

– Desde 2001, **conferencista e orador** em múltiplas ocasiões. Algumas recentes: em Madrid, sobre Garantias em Processo Penal após o Tratado de Lisboa; em Lisboa e Porto, para o Centro de Estudos Judiciários, sobre Legislação de Combate à Corrupção; em Bruxelas, sobre Rapto Internacional de Crianças; em Leiria sobre a Lei da Videovigilância

LÍNGUAS

- **Português e Espanhol** (línguas maternas)
- **Inglês** (excelente)
- **Francês, Italiano e Tétum** (conhecimentos básicos)

OUTROS

- **Cronista do Sol** (edição online)
- Integrou a *short-list* para **Diretor Geral da Política de Justiça** endereçada pela Comissão de Recrutamento e Seleção da Administração Pública (CRESAP) ao XIX Governo – em 2013
- **Presidente** do Conselho de Fundadores da **Associação Plataforma G40 – Geração 40 anos de Abril**
- **Deputado** na Assembleia Municipal de Oeiras (em substituição)
- **Vogal do Conselho de Jurisdição da Federação Portuguesa de Pentatlo Moderno** – entre 2000 e 2005

HONRAS E LOUVORES

- **Louvor da Ministra da Justiça** (XV Governo Constitucional)
- **Dois louvores do Ministro da Administração Interna** (XIX Governo Constitucional)
- **Cidadão honorário** do Estado do Nebraska (Estados Unidos da América) e da cidade de Lincoln (Nebraska, EUA)